

**Elo Participações S.A.**

CNPJ nº 09.227.099/0001-33

**Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)**

**Relatório da administração:** Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Ao encerramos o exercício social, registramos os agradecimentos da Administração aos funcionários, pela dedicação e empenho, fornecedores e acionistas pelo apoio e confiança que nos foram dispensados. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. Barueri, 29 de março de 2018. **A Administração**

Ativo	Balancos patrimoniais (Em milhares de Reais)				Passivo	Balancos patrimoniais (Em milhares de Reais)			
	Nota explicativa	Controladora	Consolidado			Nota explicativa	Controladora	Consolidado	
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	241.512	145.934	3.953.162	2.979.016				
Instrumentos financeiros	5	-	-	509.975	327.003	1.306	773	674.183	272.447
Empréstimos e recebíveis	6	-	-	-	-	-	-	137.626	63.677
Contas a receber	7	2.042	10.709	2.421.015	2.022.607	-	-	1.810.301	1.748.807
Imposto a recuperar	8	6.790	4.004	131.899	70.266	15	-	-	1.592.515
Dividendos a receber	20	69.154	92.192	-	-	16	-	-	24.366
Despesas antecipadas	9	912	626	166.385	43.939	17	11.359	7.408	97.228
Outros créditos	10	9.934	7.382	168.812	339.192	18	920	860	73.260
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>330.344</b>	<b>260.847</b>	<b>7.527.774</b>	<b>5.785.341</b>	25	-	-	15.546
<b>Não circulante</b>						20	82.572	93.821	83.649
Despesas antecipadas	9	-	-	16.097	3.239	19	-	-	3.327
Depósitos judiciais	10	1.082	79	56.172	17.516	21	5.816	3.714	2.017.139
Imposto de renda e contribuição social diferido	24 b	1.366	727	650.249	515.689	21	101.973	106.576	6.526.330
Outros créditos	10	-	-	4.921	5.172	25	1.146	162	172.013
Investimento	11	1.792.461	1.588.732	-	-	-	-	-	5.152
Imobilizado	12	8.988	9.931	42.077	47.263	17	2.822	-	11.792
Intangível	13	90.629	90.153	611.754	574.600	24 b	-	-	11.792
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.894.526</b>	<b>1.689.622</b>	<b>1.381.270</b>	<b>1.164.479</b>	24 b	-	-	11.041
<b>Total do Ativo</b>		<b>2.224.870</b>	<b>1.950.469</b>	<b>8.909.044</b>	<b>6.949.820</b>		<b>3.968</b>	<b>162</b>	<b>221.744</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>									
<b>Recarga operacional</b>									
<b>Custo dos serviços prestados</b>									
<b>Lucro bruto</b>									
<b>Recargas (despesas), liquidas</b>									
Passal	28	(17.948)	(2.423)	(358.048)	(347.124)				
Garas e administrativas	28	(4.700)	(7.407)	(1.059.351)	(821.108)				
Despesas com vendas	28	-	-	(392.418)	(276.599)				
Resultado com equivalência patrimonial	11	352.788	378.791	-	-				
Outras receitas/(despesas)	28	-	-	(183.793)	(109.847)				
<b>Lucro antes do resultado financeiro e impostos</b>		<b>330.251</b>	<b>368.961</b>	<b>309.926</b>	<b>133.231</b>				
Receitas financeiras	29	20.110	19.095	499.906	621.963				
Despesas financeiras	29	(938)	(938)	(280.577)	(204.413)				
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>349.423</b>	<b>387.118</b>	<b>529.255</b>	<b>550.781</b>				
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>									
Correntes	24a	(2.388)	(451)	(309.425)	(279.451)				
Diferidos	24a	641	3.228	138.674	115.877				
<b>Lucro líquido</b>		<b>347.676</b>	<b>389.895</b>	<b>358.504</b>	<b>387.207</b>				
Atribuível a:									
Acionistas controladores		347.676	389.895	347.676	389.895				
Acionistas não controladores		-	-	10.829	(2.688)				
Lucro por lote de mil ações em RS		467.111	523.84	-	-				
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>									
<b>Resultado dos exercícios</b>									
Outros resultados abrangentes									
<b>Resultado abrangente total</b>									
<b>Resultado abrangente atribuível aos:</b>									
Acionistas controladores		343.025	387.909	355.785	387.909				
Acionistas não controladores		-	-	10.829	(2.688)				
<b>Resultado abrangente total</b>		<b>355.785</b>	<b>387.909</b>	<b>366.613</b>	<b>385.221</b>				
<b>Demonstrações das mudanças do patrimônio líquido</b>									
Outros resultados abrangentes									
Reserva de lucros									
Reserva de lucros									
Reserva de lucros									
Reserva de lucros									
<b>Saldos em 31/12/2015</b>		<b>800.227</b>	<b>-49.614</b>	<b>707.006</b>	<b>-</b>	<b>1.556.847</b>	<b>29.948</b>	<b>1.586.795</b>	<b>-</b>
Ajuste de avaliação patrimonial		(1.986)	-	-	(1.986)	-	-	(1.986)	-
Lucro Líquido do exercício		-	-	389.895	389.895	2.338	392.233	-	-
Destinação do lucro líquido:									
Reserva legal	26b	-	-	19.752	(19.752)	-	-	-	-
Dividendos propostos	20b	-	-	(93.821)	(93.821)	-	-	(93.821)	-
Reserva para expansão	26c	-	-	281.462	(281.462)	-	-	-	-
Adoção de ajustes conversão CPC		-	-	(12.344)	(7.204)	-	-	-	-
<b>Saldos em 31/12/2016</b>		<b>800.227</b>	<b>(1.986)</b>	<b>69.366</b>	<b>976.124</b>	<b>-</b>	<b>1.843.731</b>	<b>32.286</b>	<b>1.876.017</b>
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do exercício		-	-	-	-	347.676	347.676	9.755	357.431
Destinação do lucro líquido:									
Reserva legal	26b	-	-	17.384	(17.384)	-	-	-	-
Aumento de capital	129.773	-	-	(129.773)	-	-	-	-	-
Dividendos propostos	20b	-	-	(82.573)	(82.573)	-	-	(82.573)	-
Reserva para expansão	26c	-	-	247.719	(247.719)	-	-	-	-
<b>Saldos em 31/12/2017</b>		<b>930.000</b>	<b>8.109</b>	<b>86.750</b>	<b>1.094.070</b>	<b>-</b>	<b>2.118.929</b>	<b>42.041</b>	<b>2.160.970</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)**

**1. Contexto operacional:** A Elo Participações S.A. ("Sociedade") é uma "Holding", constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil que tem como acionistas controladores diretos o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S.A. O endereço registrado do escritório da Sociedade é Alameda Xingu, 512, 2º, 8º e 11º andares, Edifício "Condomínio Evolution Corporate" Barueri, São Paulo, São Paulo. A Sociedade tem por objeto a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista; a gestão de negócios e ativos de empresas controladas direta ou indiretamente pela Sociedade; a prestação de serviços relacionados com atividades, transações e operações para empresas controladas, direta ou indiretamente pela Sociedade, bem como a realização de todas e quaisquer atividades conexas ou correlatas, que não sejam privativas de sociedade de prestação de serviços profissionais regulamentadas e que não dependam de autorização governamental específica; a prestação de quaisquer serviços administrativos às empresas controladas direta ou indiretamente pela Sociedade. O licenciamento de marcas, expressões, domínios e patentes de titularidade da Sociedade. As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 29/03/2018. O contexto operacional das controladas estão demonstradas abaixo:

**Controladas diretas:** - **Elo Holding Financeira S.A.** - tem como objeto exclusivo a participação societária em instituições financeiras e demais instituições. - **Elo Serviços S.A.** - tem como objetivo a prestação de serviços relacionados a soluções e meios de pagamento em geral, inclusive através de meios eletrônicos, a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia acionista ou quotista e o licenciamento de marcas, expressões, domínios e patentes de titularidade da Sociedade ou o sublicenciamento de marcas, expressões, domínios e patentes por terceiros à Sociedade. - **Alpha Serviços de Rede de Autoatendimento S.A.** - tem como objetivo atuação própria ou mediante consórcios, convênios, parcerias ou participações de capital em outras sociedades, a prestação de serviços, o planejamento e o desenvolvimento de tecnologia nas áreas bancária, comercial, industrial ou de serviços, inclusive através da indicação de operadores de rede, definição de padrões e arquitetura tecnológica, acompanhamento de contratos e planejamento logístico, visando à implantação, administração, operação, manutenção ou integração de redes próprias ou de terceiros de caixas automáticas e equipamentos similares acionadas por clientes de instituições financeiras e de empresas administradoras de cartão de crédito, mediante o uso de tecnologias disponíveis, para a realização de operações bancárias e outros serviços possibilitados por esses equipamentos. - **Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (CBS)** - foi constituída em 17/02/2017 e iniciou suas atividades operacionais em 11/02/2003, tendo como objetivo a: (i) a emissão, administração, gestão e prestação de serviços de meios de pagamento e cartões pré-pagos, aptos a receberem carga ou recarga de valores em moeda nacional e estrangeira incluindo, mas não se limitando, aos benefícios de alimentação e refeição, através de meios eletrônicos, tais como target magnética, smart cards e outros; (ii) desenvolvimento de parcerias para promoção de produtos e/ou serviços, inclusive mediante disponibilização de espaço em materiais e veículos de divulgação; (iii) a implantação; administração e prestação de serviços de programas promocionais, mediante oferecimento e administração de programas de incentivo, fidelização e/ou bonificação de vendas; e (iv) a participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas diretas. O controle é obtido quando a Sociedade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Segue abaixo composição acionária:

Participação acionária %	2017	2016
Alpha Holding Financeira S.A.	100	100
Alpha Serviços de Rede de Autoatendimento S.A.	100	100
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços S.A.	100	100
Elo Serviços S.A.	66,665	66,665

**2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras consolidadas e individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de**

**estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas anualmente. **Revisões com relação a estimativas contábeis não reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas.**

**3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

**a. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros que apresentam liquidez diária e vencimento de até 90 dias da data de aplicação inicial e, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate se feito de forma antecipada. São sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor, e são utilizados no pagamento das obrigações de curto prazo. **b. Instrumentos financeiros:** São instrumentos financeiros que atendem às seguintes categorias: **b.1. Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.** Investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda. Classifica também, passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. **b.2. Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento:** A Sociedade reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação. É desreconhecido um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação, na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Sociedade em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. Um passivo financeiro é desreconhecido, quando sua obrigação contratual é retrada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **b.3. Ativos financeiros não derivativos - Mensuração:** Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado de ativos financeiros não derivativos e classificados como outros passivos financeiros não derivativos caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. **Empréstimos e recebíveis:** Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **b.4. Passivos financeiros não derivativos - Mensuração:** Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **b.5. Classificação do valor justo:** A Sociedade aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo. Este CPC requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo seguinte nível da seguinte hierarquia de mensuração: **Nível 1:** Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros que são altamente líquidos e ativos negociados em mercados de balcão. **Nível 2:** Dados observáveis que não são preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para substancialmente todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados que são observáveis no mercado ou confirmados por dados observáveis, incluindo, mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio. **Nível 3:** Dados não observáveis que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo. **Nível 4:** Dados não observáveis que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativa de Administração. Esta categoria geralmente inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras, empresas

continua

continuação - não financeiros e certos contratos de derivativos. c. **Instrumentos financeiros derivativos** - Instrumentos financeiros cujo valor justo seja determinado pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são subsequentemente remunerados ao seu valor justo. O critério para reconhecer o ganho ou a perda subsequente com a operação de derivativo depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de proteção (hedge) e atender os critérios da contabilidade de hedge (hedge accounting). A Sociedade adota o hedge accounting e designa certos derivativos como instrumento de hedge de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (hedge de fluxo de caixa). d. **Imobilizado**: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Sociedade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, no dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

- Edificações 25 anos
- Instalações 10 anos
- Máquinas e equipamentos 10 anos
- Móveis e utensílios 5 anos
- Equipamentos de informática e telecomunicações 5 anos
- Software e aplicativos 5 anos
- Veículos 5 anos
- Beneficiários em proveito de terceiros 5 anos

Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revisados a cada ano no plano de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. e. **Despesas antecipadas**: Devem ser contabilizadas nesta conta os valores pagos antecipadamente, tais como prêmios de seguros, assinaturas de periódicos, contratos de manutenção e licença, campanhas por um período determinado, entre outros valores correlacionados sempre que forem pagos antecipadamente. f. **Combinação de negócios**: Combinações de negócios são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para a Sociedade utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da Sociedade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando a determinação da existência de controle a Sociedade leva em consideração os direitos de voto potenciais que são atualmente exercíveis. A Sociedade mensura o ágio na data de aquisição como: • O valor da contraprestação transferida; • O montante reconhecido de qualquer participação não controlada na aquisição; • Se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente a aquisição; • O montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos. Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício. Os custos de transação, que a Sociedade incorre em conexão com a combinação de negócios são registrados no resultado contábil incorridos. g. **Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial**: Os investimentos da Sociedade em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures). As coligadas são aquelas entidades nas quais a Sociedade, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual a Sociedade possui controle compartilhado, onde a Sociedade tem direito de voto líquido reivindicado em conjunto com o direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo. Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Sociedade no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da entidade até a data em que a influência significativa ou controle conjunto do ativo existe. As alterações de receita de dividendos anual de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. h. **Intangível**: Representado por bens incorpóreos, separáveis ou resultantes de direitos contratuais ou de outros direitos legais. Os ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada do ativo. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo. Os métodos de amortização e as vidas úteis são revisados a cada ano no plano de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. i. **Ágio (goodwill)**: O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no lucro recuperável, se houver. Até 31/12/2008, os ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura foram amortizados no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados em até cinco anos. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios não são mais amortizados, porém submetidos a teste anual ou quando houver alguma alteração significativa nas condições de negócio e seu valor recuperável. O teste de imparidade do ativo é realizado pelo método da equivalência patrimonial. A redução ao Valor Recuperável de Ativos. Em 31/12/2017, as projeções quanto à expectativa de recuperação dos intangíveis/ágio nas operações indicam que nenhuma provisão para perda é requerida. j. **Redução ao valor recuperável do ativo: Ativos financeiros não-derivativos**: Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros no valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados ao custo na data do balanço para determinar se há evidência objetiva de impairment. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido a Sociedade em condições que a mesma não consideraria normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de impairment inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo. A Sociedade considera um declínio de 20% como significativo e o período de 9 meses como prolongado. **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**: A Sociedade considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável, o valor a ser considerado na data de avaliação é o custo na data de aquisição e os valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais, são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de reservas. Quando a Sociedade considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado. **Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial**: Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma

mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. **Ativos não financeiros**: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Sociedade, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Perdas de valor são reconhecidas até o limite da diferença existente no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso e seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor atual pela taxa de desconto de risco apropriada. Fluxos de caixa que refletem as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. k. **Ativos e passivos contingentes**: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também dos ativos contingentes e passivos são regidos por critérios definidos pelo CPC 25: **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas; **Provisões** - São reconhecidas quando há um compromisso legal, de natureza das ações, a similitude com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; **Passivos contingentes** - O termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência depende de eventos futuros que não estão totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e **Obrigações legais** - As obrigações legais, cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente, são devidamente provisionadas. l. **Reconhecimento de receita**: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Sociedade. A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros líquidos quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das suas atividades. **Recita de emissor**: Referem-se basicamente a tarifas cobradas no processo de emissão de cartões ou/ou na disponibilização de benefícios. **Recita de adquirente**: É apropriada no momento em que o cartão é realizado por um plano de benefícios. **Outras receitas e despesas financeiras**: As receitas e despesas financeiras abrangem substancialmente: (i) receitas de juros; (ii) despesas de juros; (iii) eventuais receitas de dividendos; e (iv) ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. n. **Recitas (despesas) líquidas**: As receitas e despesas líquidas são apuradas pelo regime de competência. **o. Benefício a empregados** - Um plano de contribuição definida por meio de benefícios. O prego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de Previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado dos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um meio de condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução de custos futuros. Benefícios que estejam disponíveis. As contribuições para um plano de contribuição definida, cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço, são descontadas aos seus valores presentes. p. **Imposto de renda e contribuição social**: O imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do prejuízo real. (i) **Impostos correntes**: O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas à data do balanço. O imposto corrente também inclui quaisquer impostos a pagar decorrentes de ganhos de dividendos. (ii) **Impostos diferidos**: O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável em um contábil; • Diferenças temporárias relacionadas aos investimentos em coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e • Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data do balanço. g. **Eventos subsequentes**: Correspondem aos eventos ocorridos após a apresentação das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por: • Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e • Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras. r. **Novas normas e interpretações ainda não efetivas**: As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IFRS, mas não estão em vigor para o exercício de 2017 e não foram adotadas anteriormente pela Sociedade. **CPC 47/IFRS 15: Recita de Contratos com Clientes**: O IFRS 15 foi emitido em maio de 2014 e alterado em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com o IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para a recita de todos os tipos de contratos, incluindo os de construção, a receita de acordo com o IFRS. A Sociedade realizou um estudo prospectivo inicial sobre os impactos para adoção em início a partir de 1º de janeiro de 2018 e não foram identificados impactos contábeis relevantes. **CPC 48: Instrumentos Financeiros**: A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, garantias financeiras e limites de crédito concedidos e não utilizados, como também novas regras sobre a contabilização de hedge. O CPC 48 entrou em vigor em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituirá o CPC 38: Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A norma será aplicável a partir

de 1º de janeiro de 2018. O impacto efetivo da adoção do CPC 48 nas demonstrações financeiras da Sociedade em 2018 não pode ser estimado em 31/12/2017 com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Sociedade detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Sociedade fará no futuro. A nova norma exigirá que a Sociedade revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a avaliação de alterações ainda não estão finalizadas. No entanto, a Sociedade realizou uma avaliação preliminar do potencial impacto da adoção do CPC 48 com base em sua posição em 31/12/2017, conforme a seguir: (i) **Classificação - Ativos Financeiros**: O CPC 48 requer a classificação dos ativos financeiros em três categorias: mensurados ao valor justo através do resultado (VJR), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e mensurados ao custo amortizado. A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 de mercados até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A determinação da classificação dos ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e a base da classificação depende do modelo de negócios da Sociedade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo CPC 38. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria Sociedade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. Com base na sua avaliação preliminar, a Sociedade não considera que os novos requerimentos de classificação, se fossem aplicados em 31/12/2017, teriam um impacto na contabilização dos ativos financeiros mensurados ao valor justo. Em 31/12/2017, a Sociedade tinha investimentos em títulos de dívida privados classificados, pelos requerimentos do CPC 38, na categoria VJR. Porém, considerando os requerimentos do CPC 48, esses ativos seriam classificados como VJORA, já que são utilizados no gerenciamento de caixa da Sociedade e, por isso, são vendidos de acordo com a necessidade de recursos financeiros. Na classificação como VJORA, todos os ganhos e perdas de valor justo seriam registrados em outros resultados abrangentes e a provisão para perdas deve ser reconhecida em outros resultados abrangentes e não deve reduzir o valor contábil do ativo financeiro no balanço patrimonial. Na classificação como VJR, todos os ganhos e perdas de valor justo seriam reconhecidos no resultado e não seriam impactados no balanço patrimonial. A Sociedade e a Sociedade não há mensuração para provisão para perdas dentro desta classificação. Como o efeito de mensuração de valor justo desses ativos não é significativo, não são esperados impactos financeiros relevantes em função da nova classificação prevista. (ii) **Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros e Contratuais**: O CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: • Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório; e • Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira é aplicável se o risco de crédito de um ativo financeiro na data de relatório tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perdas de crédito esperadas é aplicável se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. A Sociedade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data de relatório. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; uma entidade pode optar por aplicar esta metodologia para a perda por redução ao valor recuperável de ativos com uma componente de financiamento significativo. A Sociedade acredita que as perdas por redução ao valor recuperável deverão aumentar e tornar-se mais voláteis para os ativos no modelo do CPC 48. A avaliação preliminar da Sociedade indicou que a aplicação dos requerimentos de perda por redução ao valor recuperável do CPC 48 em 31/12/2017 reduziria o valor dos ativos elegíveis ao CPC 48 no valor aproximadamente de R\$ 0,18% reconhecida de acordo com o CPC 38. A Sociedade está em fase de elaboração de metodologia para a mensuração de perdas de crédito esperadas, de acordo com o CPC 48. (iii) **Classificação - Passivos Financeiros**: O CPC 48 retém grande parte dos requerimentos do CPC 38 para a classificação de passivos financeiros. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria Sociedade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. Contudo, de acordo com o CPC 38, todas as variações de valor justo dos passivos designados como valor justo por meio de resultados são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma: • O valor da variação do valor justo que é atribuída às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em outros resultados abrangentes; e • O valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado. A Sociedade não desajusta ou pretende designar passivos financeiros como VJR. A avaliação preliminar da Sociedade não indicou qualquer impacto material se as exigências do CPC 48 relativas à classificação dos passivos financeiros fossem aplicadas em 31/12/2017. (iv) **Contabilização do Hedge Accounting**: Na aplicação inicial do CPC 48, a Sociedade pode escolher como política contábil continuar aplicando os requerimentos para a contabilidade de hedge do CPC 38 em vez dos novos requerimentos do CPC 48. O plano atual da Sociedade é o de optar por aplicar os requerimentos do CPC 48. O CPC 48 exigirá que a Sociedade assegure que as relações contábeis de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco da Sociedade e que a Sociedade aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. O CPC 48 também introduz novos requerimentos de reequilíbrio das relações de hedge e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de hedge. De acordo com o novo modelo, é provável que mais estratégias de gestão de risco, particularmente no caso de um hedge de um componente de risco (diferente do risco de mercado estrangeira) de um item não-financeiro, possam qualificar-se para a contabilidade de hedge. Atualmente, a Sociedade não realiza hedge de tais componentes de risco. Uma empresa controlada pela Sociedade adota operações de hedge com o objetivo de diminuir os impactos das oscilações das taxas de câmbio, utilizando instrumentos financeiros derivativos (NDF) com objetivo de trocar a volatilidade cambial por taxa fixa, possibilitando uma gestão mais segura e previsível de seus fluxos de caixa. Uma avaliação preliminar de como os tipos de relações de contabilidade de hedge que a empresa controlada designa atualmente devem atender aos requerimentos da IFRS 9 se a empresa efetuar certas mudanças em seus processos internos de documentação e monitoramento. A avaliação preliminar também indicou que as alterações esperadas nas políticas contábeis teriam um impacto material se a empresa tivesse aplicado a contabilidade de hedge do CPC 48 em 2017. (v) **Divulgação**: O CPC 48 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação preliminar da Sociedade inclui uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas e processos atuais e a Sociedade planeja implementar mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos. (vi) **Transição**: As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir: • A Sociedade pretende aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações em classificações e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção do CPC 48, serão reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018. • Os novos requerimentos de contabilidade de hedge devem ser aplicados prospectivamente. • As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial do modelo de negócio dentro da contabilidade de hedge (ativo financeiro é mantido). (i) A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros mensurados a VJR e (ii) A designação de determinados investimentos em instrumentos patrimoniais não



continuação mantidos para negociação com VJORA. Todos os itens acima foram avaliados e não haverá impactos contábeis decorrentes de mudanças e classificações.

#### 4. Caixa e Equivalente de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e bancos	828	8	119.822	62.335
Aplicações financeiras				
Fundos de investimentos (a)	240.684	145.903	3.760.038	2.829.583
Certificado de depósito bancário - CDB's (b)	-	-	23.229	30.682
Operações compromissadas com lastro em debêntures (b)	-	63	50.073	56.416
<b>241.512</b>	<b>145.974</b>	<b>3.953.182</b>	<b>2.979.016</b>	

(1) As controladas possuem aplicação com partes relacionadas através de fundos de investimentos do Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil que possuem liquidez diária. As cotas dos fundos de investimento foram atualizadas pelo respectivo valor da cota no último dia útil do mês. A classificação é pelo valor justo, e estão classificadas no Nível 2. (2) As aplicações estão classificadas no curto prazo, uma vez que foram efetuadas com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas e apresentam liquidez diária, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate. Estes ativos são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, enquadradas no Nível 2. Substancialmente, as aplicações financeiras foram realizadas com partes relacionadas, conforme detalhado na nota explicativa nº 22.

#### 5. Instrumentos Financeiros

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Letras financeiras do tesouro	-	-	163.864	3.318
Ajuste a valor de mercado	-	-	12.662	-
<b>176.526</b>	<b>3.318</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	

Estes ativos são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, enquadradas no Nível 1. O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido por meio da utilização de preços divulgados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

#### 6. Empréstimos e Recebíveis

##### a) Composição da carteira Operações de crédito

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Operações de crédito	509.975	327.003	509.975	327.003

##### b) Abertura de Prazo

Prazo	2017	Controladora	2016	Consolidado
1-30	94.356	-	124.936	-
31-60	42.952	-	44.701	-
61-90	35.337	-	37.326	-
91-360	210.747	-	49.019	-
Acima de 360	126.583	17.021	2.095	327.003
<b>509.975</b>	<b>509.975</b>	<b>327.003</b>	<b>509.975</b>	<b>327.003</b>

#### 7. Contas a receber

	Controladora	2017	2016	Consolidado	2017	2016
Contas a receber de clientes (a)	-	-	2.350.162	1.780.932	-	-
Contas a receber partes relacionadas (b)	2.042	10.709	33.420	256.814	2.042	10.709
Outras contas a receber	-	-	63.865	6.407	-	-
(-) Provisão para redução do valor recuperável	-	-	(26.432)	(21.546)	-	-
<b>2.042</b>	<b>10.709</b>	<b>2.421.015</b>	<b>2.022.607</b>	<b>2.042</b>	<b>10.709</b>	<b>2.421.015</b>

(a) Contas a receber operacional de clientes, substancialmente relativo aos produtos de alimentação e refeitório da Controlada CBSS, com vencimento no máximo de 90 dias. (b) Referem-se substancialmente a valores a receber das empresas vinculadas à BB Cartões e Banco Bradesco S.A. referente ao pedido de recarga de benefícios nos cartões de seus colaboradores. O Intituto de créditos dispõe de diversos instrumentos contratuais para mitigação de risco de crédito dos clientes, com o intuito de proteger-se de eventuais riscos de "default" dessas instituições.

#### 8. Impostos a recuperar

	Controladora	2017	2016	Consolidado	2017	2016
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	6.591	3.917	89.468	46.457	6.591	3.917
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	64	64	540	2.967	64	64
PIS e COFINS	118	1	30.157	15.193	118	1
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	-	11.071	4.563	-	-
Outros	-	-	663	694	-	-
<b>6.790</b>	<b>4.004</b>	<b>131.899</b>	<b>70.266</b>	<b>6.790</b>	<b>4.004</b>	<b>131.899</b>

#### 9. Despesas antecipadas

	Controladora	2017	2016	Consolidado	2017	2016
Compra de pontos	-	-	105.498	234	-	-
Contratos manutenção/Assinaturas/Seguros/Licenças/Custos	912	626	39.869	11.163	912	626
Incentivos de vendas	-	-	18.447	2.960	-	-
Campanhas de marketing geral	-	-	8.536	25.098	-	-
Desconto concedidos	-	-	6.228	5.349	-	-
Outros	-	-	3.904	2.274	-	-
<b>912</b>	<b>626</b>	<b>182.482</b>	<b>47.178</b>	<b>912</b>	<b>626</b>	<b>182.482</b>

#### 10. Outros créditos

	Controladora	2017	2016	Consolidado	2017	2016
Adiantamento a fornecedores (a)	8.578	6.386	77.895	110.034	8.578	6.386
Adiantamento a funcionários	1.356	996	7.895	10.917	1.356	996
Valores a receber cartões de crédito (b)	-	-	61.796	169.753	-	-
Outros	-	-	26.150	53.660	-	-
<b>9.934</b>	<b>7.382</b>	<b>173.733</b>	<b>344.364</b>	<b>9.934</b>	<b>7.382</b>	<b>173.733</b>

(a) Não consolidado os valores correspondem substancialmente ao adiantamento a fornecedor de produtos vale transporte e produtos pré-pago da controlada CBSS. (b) Refere-se ao adiantamento a fornecedores dos serviços prestados da controlada Banco CBSS. (a) Investimentos: Em 31/12/2017 e 2016 os saldos contábeis das controladas diretas apresentavam os seguintes valores:

#### 11. Investimento

	2017		2016	
	Participação	Resultados	Participação	Resultados
	social	exercício	social	exercício
	(mil)	(mil)	(mil)	(mil)
Empresas				
Elo Holding Financeira S.A.	201	147	(15)	201
Alpha Serviços de Rede de Autotendimento S.A.	201	108	(16)	201
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços S.A.	735.000	1.664.385	282.116	2.000
Elo Serviços S.A.	54.809	134.049	67.957	1.673.397
<b>1.792.461</b>	<b>352.788</b>	<b>1.588.732</b>	<b>378.791</b>	<b>1.792.461</b>

#### 12. Imobilizado

	Controladora				Consolidado			
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Taxa anual de depreciação %								
Depreciação acumulada								
Custo								
Líquido								
Edificações	4	-	-	-	-	-	-	1.011
Instalações	10	6.662	(1.639)	5.023	5.692	19.357	(6.448)	12.909
Imobilizado em curso	-	-	-	-	-	-	-	205
Móveis e utensílios	10	1.929	(463)	1.466	1.610	13.398	(7.765)	5.633
Equipamentos de informática e telecomunicações	20	1.303	(446)	857	572	31.214	(17.077)	14.137
Software e aplicativos	20	12	(6)	6	9	420	(298)	122
Veículos	20	-	-	-	-	-	-	152
Máquinas e equipamentos	10	1.110	(260)	850	948	10.299	(7.283)	3.016
Benefícios em imóveis de terceiros	20	1.552	(766)	786	1.100	11.499	(5.239)	6.260
<b>12.568</b>	<b>(3.580)</b>	<b>8.988</b>	<b>9.931</b>	<b>86.187</b>	<b>(44.110)</b>	<b>42.077</b>	<b>47.263</b>	<b>12.568</b>

#### 13. Intangível

	Controladora				Consolidado			
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Taxa anual de amortização %								
Amortização acumulada								
Custo								
Líquido								
Software e licenças	20	1.098	-	-	-	64.713	(12.675)	52.038
Marcas e patentes	20	8	-	-	-	59	-	94.740
Agio Smart (a)	-	-	-	-	-	8	37.319	(11.343)
Agio IBI (a)	-	-	-	-	-	89.537	87.332	(16.562)
Agio CBSS (a)	-	-	-	-	-	89.637	89.637	-
Agio Banco CBSS (a)	-	-	-	-	-	188.729	188.729	-
Projetos (b)	-	-	-	-	-	(54.003)	89.752	68.208
Outros intangíveis	-	-	-	-	-	(1.812)	78.231	907
<b>90.743</b>	<b>(114)</b>	<b>90.629</b>	<b>90.153</b>	<b>708.149</b>	<b>(96.395)</b>	<b>611.754</b>	<b>574.600</b>	<b>90.743</b>

(a) O ágio fundamentado com expectativa de rentabilidade futura foi amortizado no prazo, com extensão e na proporção dos resultados projetados em até cinco anos, até 31/12/2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios com expectativa de rentabilidade futura não são amortizados, porém submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável, conforme o CPC 01. Para o exercício findo em 31/12/2017 foi realizado teste impairment, com base em estudos técnicos e não foram identificados indícios de perda no valor recuperável dos intangíveis. Em 31/12/2016 houve baixa no valor recuperável dos intangíveis no montante de R\$ 31.270. (b) Desenvolvimento de novos produtos, contabilizados de acordo com a Lei 11.638. Controladora: o ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. 14. Contas a pagar operacionais: Os valores a serem repassados aos estabelecimentos comerciais estão registrados em contas de passivo. Em 31/12/2017, os saldos correspondem a R\$1.810.301 (R\$ 1.748.907 em 31/12/2016). Após a utilização dos créditos pelos usuários os valores utilizados são repassados aos estabelecimentos comerciais em média em até 28 dias. 15. Obrigações com portadores: Em

31/12/2017, o saldo no consolidado é de R\$ 1.592.515 (R\$ 1.623.978 em 31/12/2016) e corresponde às obrigações decorrentes dos benefícios creditados aos usuários dos cartões e ainda não utilizados por eles nos estabelecimentos comerciais, bem como às obrigações decorrentes dos benefícios de vale-transporte a serem entregues aos usuários. 16. Programa de incentivo a vendas: Corresponde substancialmente à união de esforços entre os canais vendedores e a sua investida CBSS, no fornecimento de cartões de refeição e alimentação, os quais incluem a captação, a análise, o acompanhamento da situação de crédito dos clientes e a liquidação financeira dos saldos a receber.

#### Bancos

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Bancos	-	-	15.499	35.637
Outros canais vendedores	-	-	8.867	8.324
<b>24.366</b>	<b>43.961</b>	<b>24.366</b>	<b>43.961</b>	

As despesas operacionais estão reconhecidas substancialmente na rubrica de despesas com vendas.

#### 17. Salários e encargos

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Gratificações	10.307	4.659	72.935	63.785
Provisão de férias	1.855	1.645	19.291	16.645
Encargos - INSS	1.195	829	9.240	8.110
Encargos - FGTS	313	275	2.890	2.540
Outros	511	-	4.664	3.780
<b>14.181</b>	<b>7.408</b>	<b>109.020</b>	<b>94.860</b>	<b>14.181</b>

Circulante

Controladora		Consolidado	
2017	2016	2017	2016
-	-	273	24.699
-	-	27.396	17.045
-	-	5.815	3.913
-	-	15.350	14.326
<b>920</b>	<b>587</b>	<b>58.700</b>	<b>50.356</b>

#### 18. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Provisão de imposto de renda e contribuição social	-	-	273	24.699
COFINS	-	-	27.396	17.045
PIS	-	-	5.815	3.913
Outros tributos a recolher	-	-	15.350	14.326
<b>920</b>	<b>587</b>	<b>58.700</b>	<b>50.356</b>	

19. Instrumentos financeiros derivativos: A Sociedade adota operações de hedge com o objetivo de diminuir os impactos das oscilações das taxas de câmbio dos pontos resgatados pelos clientes, na qual a precificação é em moeda estrangeira. Sendo assim, utiliza-se de instrumentos financeiros derivativos (NDF) com objetivo de trocar a volatilidade cambial por taxa fixa, possibilitando uma gestão mais segura e previsível de seus fluxos de caixa e resgate de pontos naqueles parceiros cuja precificação se dá em moeda estrangeira.

Data da operação	Vencimento	Banco	Valor de Referência Notional (US\$)	Indexador	Juros a.a.	Ajuste Líquido (R\$) (MM)
02/01/18	02/01/18	Bradesco	991	Pós - Fixado	6,89%	(269)
03/07/17	02/01/18	Bradesco	1.116	Pós - Fixado	6,89%	(116)
01/08/17	02/01/18	Bradesco	164	Pós - Fixado	6,89%	19
01/02/17	01/02/18	Bradesco	1.652	Pós - Fixado	6,89%	(179)
01/11/17	01/02/18	Bradesco	358	Pós - Fixado	6,89%	2
01/09/17	01/03/18	Bradesco	688	Pós - Fixado	6,82%	79
02/10/17	02/04/18	Bradesco	2.065	Pós - Fixado	6,76%	216
01/11/17	02/05/18	Bradesco	2.218	Pós - Fixado	6,73%	4
01/06/17	01/06/18	Bradesco	2.475	Pós - Fixado	6,70%	(237)
03/07/17	03/07/18	Bradesco	3.990	Pós - Fixado	6,66%	(566)
01/09/17	03/09/18	Bradesco	3.355	Pós - Fixado	6,71%	365
02/10/17	01/10/18	Bradesco	3.371	Pós - Fixado	7,73%	(356)
01/11/17	01/11/18	Bradesco	3.440	Pós - Fixado	6,75%	32
01/03/17	01/03/18	Banco do Brasil	2.774	Pós - Fixado	6,82%	(19)
03/04/17	01/04/18	Banco do Brasil	2.920	Pós - Fixado	6,	

continuação
23. Honorários dos Administradores, gratificações e Previdência Privada: Os honorários dos administradores totalizaram R\$ 8.017 (R\$ 5.875 em 31/12/2016) os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Despesas com pessoal".

a. Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social
Controladora Consolidado
2017 2016 2017 2016

Table with columns: Descrição, 2017, 2016, 2017, 2016. Rows include Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), dedução das participações no resultado, Aliquota vigente, Despesa de IRPJ e CSLL, etc.

b. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos
Controladora Consolidado
2017 2016 2017 2016

Table with columns: Descrição, Saldo em 31.12.2016, Constituição, Realização, Saldo em 31.12.2017. Rows include Provisão para contingências fiscais, Provisão PLR, Provisão administrativa, etc.

c. Provisão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias
Diferenças temporárias Reserva especial de ágio Prejuízo fiscal/Base negativa

Table with columns: Até 1 ano, Até 2 anos, Até 5 anos, Total. Rows include Diferenças temporárias, Reserva especial de ágio, Prejuízo fiscal/Base negativa.

25. Passivos contingentes: As controladas da Sociedade são parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

A movimentação da provisão para o exercício findo em 31/12/2017 é como segue:

Table with columns: Saldo inicial, Adições, Baixas/Reversões, Saldo final. Rows include Tributárias, Cíveis.

As controladas estão envolvidas em outros processos tributários, cíveis, trabalhistas e previdenciários surgidos no curso normal dos seus negócios, envolvendo possível risco de perda e que, de acordo com o CPC 25 - Provisões, Ativos e Passivos Contingentes, não geram necessidade de provisionamento.

26. Patrimônio líquido e a. Capital social: Em 31/12/2017 o capital social é de R\$ 930.000 (R\$ 800.227 em 2016), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 744.306 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

razão da manutenção da expectativa de crescimento da Sociedade e das projeções realizadas para os negócios no corrente ano, a Sociedade entende necessária a criação da reserva de expansão. A Administração acredita que o fortalecimento do capital de giro proporcionado por esta retenção conferirá maior estabilidade financeira nas suas operações. Em 31/12/2017 a reserva de expansão apresenta um saldo de R\$ 1.094.070 (R\$ 976.124 em 2016).

Table with columns: 2017, 2016. Rows include Receita de prestação de serviços (a), Receita de serviços promotora (b), Receita Fee da bandeira - emissores, etc.

28. Despesas por natureza
Controladora Consolidado
2017 2016 2017 2016

Table with columns: Descrição, 2017, 2016, 2017, 2016. Rows include Despesas com pessoal, Despesas com telefonia, Despesas com operações de cartão de crédito, etc.

29. Resultado financeiro
Controladora Consolidado
2017 2016 2017 2016

Table with columns: Descrição, 2017, 2016, 2017, 2016. Rows include Aplicações financeiras, Descontos comerciais, Variação cambial positiva, etc.

30. Obrigações e compromissos: a. Serviço de captura de transações - Prestação de serviços de captura de transações contratadas pelo estabelecimento, prevenção à fraude, controle e liquidação financeira.

b. Serviço de processamento de transações com cartões Aleo - Prestação de serviços de processamento e autorização das transações dos cartões Aleo. O contrato iniciou-se em 24/03/2006. c. Serviço de emissão de cartões Aleo - Processo de emissão e personalização dos cartões.

31. Cobertura de seguros: A Companhia e suas controladas mantêm política de cobertura de seguros com o objetivo de delimitar riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações.

32. Gestão de Risco: Contexto operacional: Uma das atribuições de Elopac, como holding, é centralizar a estrutura de Gerenciamento de Riscos de suas controladas.

33. Outras informações: (a) Em 31/12/2017 não foram reconhecidas perdas por impairment. 34. Novas regulamentações do Banco Central do Brasil (BACEN): Em razão da Lei nº 12.865, publicada em 09/10/2013, as atividades da Sociedade passaram a estar sujeitas à regulação do Banco Central do Brasil (BACEN).

Conselho de Administração
Paulo Rogério Caffarelli - Presidente
Luiz Carlos Trabuco Cappi - Vice-Presidente
Marcelo de Araújo Noronha - Conselheiro
Rogério Magno Panca - Conselheiro

Diretoria
Cesário Narhito Nakamura - Diretor-Presidente
Rogério Magno Panca - Diretor
Valério Zarro - Diretor
Esther Dalmas - Diretora

Contador
Diana Siqueira Rangel Gomes - CRC SP - 248851/O-3

continua



